

A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO

Evolution of Geopolitical Thought

Geraldine Marcelle Moreira Braga Rosas Duarte

Doutora em Geografia – Professora do Departamento de
Relações Internacionais PUC/Minas, Brasil

geraldine_rosas@hotmail.com

Recebido: 11.11.2022

Aceito: 04.02.2023

Resumo

A Geopolítica se constitui como um campo do conhecimento geográfico marcado por uma longa trajetória de evolução. O objetivo deste artigo é apresentar um panorama acerca do desenvolvimento do pensamento geopolítico, sintetizando conceitos e ideias presentes na abordagem clássica e na contemporânea, e refletindo acerca dos desafios atuais enfrentados por essa área tão relevante da Geografia.

Palavras-chave: Geopolítica; Geografia Política; Geopolítica Clássica; Geografia Contemporânea.

Abstract

Geopolitics constitutes itself as a field of geographic knowledge, which is characterized by a long trajectory of evolution. The purpose of this article is to present an overview of the development of geopolitical thought, synthesizing concepts and ideas of the classical and contemporary approaches and reflecting on the current challenges faced by this very relevant area of Geography.

Keywords: Geopolitics; Political Geography; Classical Geopolitics; Contemporary Geopolitics.

1. INTRODUÇÃO

A Geopolítica se constitui como uma disciplina de origem geográfica, mas de aplicação generalizada, que muito contribui não apenas para a Geografia, mas também para outras áreas do conhecimento. Os estudos geopolíticos são, cada vez mais, necessários para a compreensão do cenário atual, marcado por transformações constantes e significativas, pela permeabilidade das fronteiras, pela existência de fluxos transnacionais e problemas globais, pelo papel de atores não estatais na política internacional, dentre outros fatores. Diante de um contexto internacional complexo e mutante, a Geopolítica se apresenta como uma das áreas mais ricas e frutíferas do conhecimento científico, sem

contar com o fato de ser a única disciplina, cuja abordagem tem como foco principal o espaço geográfico, que contribui para a compreensão da realidade internacional.

Entretanto, o que se observa atualmente é que a Geopolítica ocupa um lugar profundamente periférico dentro da Geografia, pelo menos no Brasil (ROSIÈRE, 2018). E essa especialidade vem perdendo espaço, no que toca a uma geopolítica mundial, para outras áreas do conhecimento. Isso se deve, em alguma medida, ao fato de que a Geopolítica não é uma ciência simples nem exata e não há apenas uma interpretação acerca de como ela deve ser trabalhada. Atualmente o termo “geopolítica” recobre uma enormidade de temas e questões e, portanto, é possível encontrar estudos geopolíticos que tratem de países específicos, que abordem a questão econômica, os recursos energéticos, a realidade das minorias, a questão da fome, dentre inúmeros outros assuntos. Como afirma François Thual (1996), não existem leis gerais na Geopolítica, de modo que se considera válido todo esforço que possa contribuir para o aprofundamento desse campo.

O objetivo deste artigo é, portanto, apresentar um panorama acerca da evolução do pensamento geopolítico, sintetizando conceitos e ideias presentes na abordagem clássica e na contemporânea, visando refletir, ainda que brevemente, ao final, acerca dos desafios atuais enfrentados por essa área tão rica do saber geográfico. Baseado numa abordagem qualitativa e dedutiva e em pesquisa bibliográfica, o trabalho estará estruturado em duas seções, seguidas de considerações finais. A primeira delas estará dedicada à chamada geopolítica clássica, contemplando os autores responsáveis por consolidar esse campo do saber. As perspectivas clássicas abrangem as contribuições desenvolvidas até 1945, quando a Geopolítica passa por um período de crise em função de ter sido equivocadamente associada a ideologias autoritárias, tais como o fascismo e o nazismo. Na sequência, a segunda seção abordará a geopolítica contemporânea, discutindo as principais contribuições que surgiram após o fim da II Guerra Mundial, notadamente aquelas que se desenvolvem a partir da década de 1980. Por fim, nas considerações finais, serão apontados alguns desafios atuais, enfrentados pela Geopolítica, no sentido de que esse campo preserve sua relevância e recupere um lugar de importância em meio aos estudos geográficos.

Antes de passar à primeira seção, é válido esclarecer uma questão acerca do uso dos termos “Geopolítica” e “Geografia Política”. Muitas vezes esses termos são usados de forma intercambiável e, em outros casos, há uma nítida opção por um dos dois conceitos. A expressão Geografia Política já era utilizada por geógrafos pelo menos desde o início do século XIX, ao passo que o termo Geopolítica foi cunhado formalmente pelo sueco Rudolf

Kjellén, no início do século XX. Muito embora Costa (1992) afirme que, de certa forma, a discussão sobre as distinções conceituais entre esses termos seja atualmente estéril e até mesmo desnecessária, considera-se importante frisar que a diferenciação entre eles foi muito marcante até a década de 1970, em função de uma conotação ideológica e propagandística que a Geopolítica possuiu no período de 1920 a 1945¹ e, como afirma Castro (2021), a falta de clareza na nomenclatura do campo acarreta problemas e dificuldades ainda hoje.

Hoje em dia, salvo manifestações expressas, as duas expressões podem ser vistas como sinônimas. Esse reconhecimento de que não há necessidade de distinguir um termo do outro é conferido, por exemplo, por Yves Lacoste (1995) em seu *Dictionnaire de Géopolitique*² e por Pierre George (1974) no *Dictionnaire de la Géographie*. Nos dois casos não consta um verbete sobre Geografia Política, apenas é apresentada a definição de Geopolítica. Segundo Amorim Filho (2003), o que ocorre é que nas últimas décadas o termo Geopolítica aos poucos foi se impondo e assumindo uma conotação bastante abrangente, além de, em muitos casos, chegar até a substituir o conceito de Geografia Política. Pode-se dizer que, atualmente, a Geopolítica se tornou um verdadeiro “guarda-chuva” que abarca reflexões diversas sobre a política e as relações internacionais³, desde que o enfoque geográfico esteja presente; podendo ser sintetizada como o estudo da manifestação geográfica dos processos políticos, valorizando as múltiplas escalas, atores e temas que podem fazer parte da análise (JONES, JONES, WOODS, 2004; PARKER, 1998; GEORGE, 1974; CASTRO, 1961; COSTA, 1992).

2. PERSPECTIVAS CLÁSSICAS DA GEOPOLÍTICA

Segundo Jean-Marie Bohou (apud FRANÇA, 2020), as principais abordagens clássicas da Geopolítica podem ser divididas em três grupos principais de teóricos: germânicos, anglo-saxões e franceses. Como representantes dos germânicos, serão apresentadas aqui, sinteticamente, as ideias de Friedrich Ratzel (1844 – 1904), Rudolf Kjellén (1864 – 1922) e Karl Haushofer (1869 – 1946). O eixo anglo-saxão é orientado pelo

¹ Essa questão ficará mais clara na seção seguinte, que apresenta um panorama da evolução histórica da Geopolítica.

² Lacoste entende que a Geografia Política se configura como uma etapa na formulação do pensamento geopolítico, não havendo justificativa para distinguir os dois conceitos. A Geopolítica é por ele definida como o estudo das disputas (rivalidades) de poder em um território (ROSIÈRE, 2001).

³ É interessante pontuar que em alguns casos a expressão utilizada como esse “guarda-chuva” é Geografia Política. Isso ocorre, por exemplo, nas obras de Jones, Jones e Woods (2004) e Montbrial (2006), embora mais recorrentemente a Geopolítica seja considerada o termo que centralizou os estudos nessa área.

pensamento de Alfred T. Mahan (1840 – 1914), Halford Mackinder (1861 – 1947) e Nicholas Spykman (1893 – 1943). Já a reação francesa tem como expoentes Élisée Reclus (1830 – 1905), Paul Vidal de la Blache (1845 – 1918), Camille Vallaux (1870 – 1945), dentre outros⁴.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o eixo germânico vê o ser humano como produto do seu ambiente geográfico e o Estado como um organismo vivo que possui necessidades semelhantes às da espécie humana, incluindo a necessidade de expansão. O eixo anglo-saxão se ocupa fundamentalmente das projeções de poder estatal, discutindo a relação entre poder terrestre e poder marítimo como determinantes das estratégias de projeção de poder das grandes potências. Já reação francesa rejeita a visão organicista acerca do Estado e insiste na liberdade das comunidades políticas, enxergando o meio geográfico como fonte de possibilidades e não de determinismo (JEAN-MARIE BOHOU apud FRANÇA, 2020).

O geógrafo político Friedrich Ratzel é considerado um dos fundadores da Geopolítica, embora não tenha utilizado propriamente essa expressão⁵. Baseado no pensamento de Darwin acerca da luta pela sobrevivência, Ratzel considera que os Estados são organismos vivos que lutam pelo espaço, que necessitam de expandir constantemente seu espaço vital (*Lebensraum*⁶) para sobreviverem. Diante da finitude do espaço terrestre, essa busca incessante pelo espaço geraria, nos termos darwinistas, uma luta pela sobrevivência que determinaria a prevalência dos povos mais aptos, mais capazes de se adaptarem.

Dessa forma, Ratzel enfatiza a importância do solo para o desenvolvimento do Estado e das sociedades, afirmando a existência da Geografia Política, por exemplo, na medida em que o Estado é inconcebível sem territórios e fronteiras. Nas palavras dele, “a organização de uma sociedade depende estreitamente da natureza de seu solo, de sua situação; o conhecimento da natureza física de seu território, de suas vantagens e de seus inconvenientes, resulta então na história política” (RATZEL, 1983, p.99).

⁴ É importante deixar claro que as primeiras teorizações geopolíticas têm início a partir da segunda metade do século XIX, embora isso não signifique que o pensamento geopolítico não existisse antes. Como explica Amorim Filho (2003), num primeiro momento a Geografia Política correspondia ao que ficaria conhecido posteriormente como Geografia Humana e possuía três características marcantes: era descritiva, comparativa e macrorregionalista. Dois grandes expoentes desse período (primeira metade do século XIX) são Carl Ritter e Conrad Malte-Brun.

⁵ As principais obras de Ratzel são os livros “Antropogeografia”, publicado em dois volumes em 1881 e 1892 e “Geografia Política”, publicado em 1897.

⁶ Termo utilizado por Ratzel para se referir ao espaço vital ocupado pelos Estados, entendidos como organismos vivos que crescem e precisam aumentar o seu território. Trata-se, também, não apenas do espaço já ocupado, mas do espaço, do território, necessário para o crescimento e desenvolvimento do Estado. Foi uma ideia fortemente utilizada para justificar o expansionismo e o colonialismo das potências europeias (JONES, JONES e WOODS, 2004).

Ratzel reflete sobre o processo de apropriação política do espaço, que é responsável pela transformação do espaço em território, no momento em que uma dada sociedade encontra, no espaço, a possibilidade de saciar as necessidades básicas de habitação e alimentação de sua população. A função primordial do Estado, portanto, seria proteger o território, as fronteiras e expandi-los de acordo com suas necessidades de crescimento. O Estado é visto, para Ratzel, como um organismo vivo que nasce, cresce e se desenvolve. De acordo com a perspectiva por ele apresentada, “o Estado é um organismo não somente porque ele articula a vida de um povo sobre a imutabilidade do solo⁷, mas porque essa relação se reforça por reciprocidade, ao ponto de que eles não formam mais que um e que não se pode pensar em um sem o outro” (RATZEL, 1983, p. 61).

Esse movimento que caracteriza o Estado origina o que Ratzel entende como uma hierarquia de povos, na medida em que os povos com mais capacidade de se adaptarem tendem a expandir o espaço vital estatal, em detrimento do espaço vital dos Estados habitados por povos menos adaptados. Ele divide, assim, os Estados entre colonizadores e Estados voltados para si mesmos. O movimento é considerado por ele como uma propriedade altamente decisiva para a expansão geográfica de um povo, sendo, portanto, um fator de progresso e de elevação (LOPRENO, PASTEUR, TORRICELLI, 1994).

Como apresentam Font e Rufí (2006), Ratzel elaborou sete leis relacionadas à expansão dos Estados. A primeira delas afirma que o espaço ocupado pelo Estado pode ser ampliado com a expansão da população que possui as mesmas características culturais. Em segundo lugar, ele aponta que o crescimento territorial acompanha outros aspectos do desenvolvimento da sociedade, como a necessidade de matéria-prima, a produção, a atividade comercial, por exemplo. A terceira lei evidencia que o crescimento do Estado se dá às custas das unidades políticas menores. Em quarto lugar, acredita-se que a fronteira, embora seja o órgão mais periférico do Estado, demonstra sua força e crescimento, não sendo, portanto, permanente. Em quinto lugar, os Estados buscam aumentar seu território absorvendo territórios politicamente valiosos, que possuam relevância estratégica, como o litoral, as margens fluviais, as planícies e territórios ricos em recursos. A sexta lei indica que o ímpeto do crescimento atinge tanto Estados pequenos quanto grandes civilizações. E, por fim, acredita-se que a tendência ao crescimento territorial seja algo contagioso, que aumenta no processo de transmissão, de modo que a absorção das nações mais débeis convida a multiplicar as apropriações.

⁷ Na obra de Ratzel a expressão solo não é entendida no sentido pedológico, mas no sentido de território.

Essas sete leis evidenciam a ênfase do pensamento ratzeliano em relação à questão da extensão territorial. Certamente a ideia do Estado como entidade territorial é um dos aspectos mais relevantes da obra de Ratzel, que enfatiza a relevância do território como elemento constituinte do Estado e confere a ele um papel determinante no funcionamento e estruturação do poder político, bem como na vida e cultura do povo. De acordo com essa perspectiva, o Estado possui duas coordenadas essenciais: o espaço (extensão e relevo do território) e a posição. O espaço, entendido, sobretudo, como a extensão e relevo do território, se manifesta como o fator primordial da vida e do poder dos Estados (MARTINS, 1996).

Essa articulação entre Estado e território, considerada por Costa (1992) como algo bastante sofisticado para a geografia da época, é bem expressa pelas próprias palavras de Ratzel (*apud* COSTA, 1992, p.33):

O homem, bem como a maior de suas obras, o Estado, não é concebível sem o solo terrestre. Quando nós falamos de Estado, designamos sempre, exatamente como no caso de uma cidade ou estrada, uma fração da humanidade ou uma obra humana e, ao mesmo tempo, uma superfície terrestre.

De um modo geral, nota-se que a perspectiva de Ratzel, centrada na importância do território para o Estado, se relaciona intimamente ao contexto histórico vivenciado pelo teórico. Trata-se do momento de transição do século XIX para o século XX, período no qual muitas potências estavam engajadas na busca pela extensão territorial por meio de práticas colonialistas. Como afirma Corniglion (2011), a geopolítica de Ratzel, inclusive, tinha sempre como referência a própria Alemanha, privilegiando a questão do espaço vital, à qual a problemática colonial está subordinada.

As ideias de Ratzel são fundamentais para a Geopolítica por inspirarem a consolidação do eixo germânico. Como afirma Raffestin (1993), sua obra tem grande peso epistemológico, pois constituiu um quadro conceitual fundamental, no qual é possível trabalhar mesmo em discordância a ele, como foi o caso da escola francesa. Já para o eixo germânico, norteado por uma espécie de teoria do Estado orgânico, o pensamento ratzeliano foi inspirador (OWENS, 2015), por exemplo, embasando as ideias de Rudolf Kjellén, a quem se atribui a criação do neologismo Geopolítica, cunhado em 1899. Kjellén entendia a Geopolítica como a ciência que estuda o Estado como um organismo geográfico, considerando, sobretudo, sua manifestação no espaço.

A geopolítica de Kjellén, como ciência do Estado, é marcada pelo liberalismo, por um intenso nacionalismo, pela ideia de expansionismo e por uma visão pangermanista. Suas

ideias foram desenvolvidas, principalmente, em um artigo publicado em 1901, um livro de 1905 e um curso ministrado em 1908. Essas três sistematizações inspiram a publicação do principal livro de Kjellén, “O Estado como forma de vida”, publicado em 1916.

O título do livro reflete a influência de Ratzel em seu pensamento, evidenciando a perspectiva do Estado como organismo vivo, dotado de consciência e que tem interesses próprios, superiores aos dos indivíduos. A Geopolítica, na visão de Kjellén, apresenta cinco leis próprias. A primeira delas é a lei da recuperação pelo Estado de suas próprias forças, como inclinação para o desenvolvimento, para a expansão. A segunda é a lei da existência de partes vitais do império e das artérias de intercâmbio. A terceira lei induz que se defina um território natural no interior e que se alcancem as fronteiras naturais no exterior, sendo a lei da individualização geográfica do império. A quarta lei é a da necessidade de expansão em direção aos mares, visando os Estados continentais. Por último, existe a lei da tendência à autarquia, sendo o território natural estático aquele que permite que ela seja alcançada (RAFFESTIN, LOPRENO e PASTEUR, 1995).

O que se pode perceber é que Kjellén desenvolve uma teoria compreensiva do Estado, chamada por ele mesmo de Biopolítica. Dentro dessa abordagem, o Estado é considerado como um organismo vivo, sensível e racional, que possui formas próprias de atuar de acordo com seus interesses. A Biopolítica é dividida pelo autor em cinco ciências interdependentes: a demopolítica, ciência do povo, entendido como uma entidade natural e cultural; a sóciopolítica, ciência das estruturas e das instituições; a cratopolítica, ciência do sistema integrador dos interesses do Estado e do exercício do poder; a ecopolítica, ciência dos recursos econômicos; e por fim a geopolítica, ciência do território como elemento integrador do Estado, que constitui o centro de gravidade de todo o sistema estatal (MARTINS, 1996).

Como afirmam Font e Rufí (2006, p.61), Kjellén é ainda mais enfático na visão organicista do Estado, chegando a convertê-la numa verdadeira analogia. Segundo os autores, para o geopolítico sueco “o Estado é um ser vivo, seu governo é a alma e o cérebro, o império é o corpo e o povo são seus membros”. Martins (1996) concorda com essa avaliação e aponta que Kjellén vai além do determinismo e organicismo de Ratzel, acreditando que os Estados têm um direito natural ao desenvolvimento e à expansão territorial. As grandes potências, por exemplo, por fazerem parte de uma classe superior de Estados, teriam privilégios e direitos indefinidos no que diz respeito à expansão.

É interessante considerar também que Kjellén vive e escreve num momento bastante turbulento da política internacional, o que permite que ele acompanhe grandes processos

geopolíticos, como a I Guerra Mundial, interessando-se particularmente pelos desdobramentos do conflito para a Alemanha. Isso permite que ele discuta os problemas geopolíticos relativos à guerra, sobretudo a questão do colonialismo. Kjellén aponta, por exemplo, que três exigências se impõem aos Estados e a suas extensões coloniais: a extensão do território, a liberdade de movimento e a melhor coesão territorial possível. Baseado na visão organicista do Estado, ele considerava a guerra como o momento que mais reflete a vida do Estado, o momento no qual se podia enxergar a busca pelo espaço vital, pela expansão territorial (STEUCKERS, 2007).

Kjellén é considerado, dessa forma, o responsável por estabelecer um elo de ligação entre o pensamento ratzeliano e os autores que, a partir dos anos 1920 passam a constituir a chamada Escola de Munique, que tem como expoentes a *Revista de Geopolítica* (*Zeitschrift für Geopolitik*), fundada em 1924, e as contribuições do general Karl Haushofer. Haushofer foi um grande nacionalista que considerava que a Alemanha deveria retomar a sua condição de potência europeia, perdida com o fim da I Guerra Mundial e com o Tratado de Versalhes. Na sua concepção, a Geopolítica é uma ciência que visa fornecer uma base para a arte de conduzir a política, relacionando os domínios do saber e do poder (HAUSHOFER, 1986).

A geopolítica de Haushofer e da Escola de Munique se fundamentava essencialmente em cinco princípios fundamentais. O primeiro desses princípios tratava do espaço vital, concepção desenvolvida por Ratzel que sustenta a ideia de que o Estado necessita do território apropriado para a realização de suas aptidões. A partir dessa ideia, é elaborada e sustentada pelo general a tese do direito à expansão do povo alemão, em virtude de sua capacidade superior para a organização do espaço. O segundo princípio diz respeito ao direito a fronteiras naturais, inspirado na terceira lei de Kjellén, que fornece base para a crença de que as fronteiras do Estado devem ser definidas pela evolução cultural e demográfica do povo e não necessariamente por tratados políticos (MARTINS, 1996).

O terceiro princípio é também inspirado pelas leis de Kjellén e trata da autarquia, enfatizando que mesmo em tempo de paz, todos os esforços do Estado devem estar voltados para prepará-lo para a próxima guerra. O quarto princípio que marca a obra de Haushofer se assenta na ideia de pan-regiões, que permitiriam atingir a plenitude da autarquia. O mundo é pensado em quatro grandes regiões autossuficientes, cada qual possuindo um Estado-diretor que garantiria o desenvolvimento de todo o conjunto, o que eliminaria, assim, as competições e os conflitos. As quatro regiões imaginadas eram: a pan-América, liderada pelos Estados Unidos; a pan-Euráfrica, liderada pela Alemanha; a pan-

Rússia, conduzida pela Rússia e a pan-Ásia Oriental, cujo Estado diretor seria o Japão. Por fim, o quinto princípio presente na geopolítica de Haushofer é o da hegemonia mundial, que seria um passo posterior às pan-regiões. Uma vez estabelecido um equilíbrio entre as grandes regiões, a política mundial seria marcada pela busca pela hegemonia, nesse caso a busca pela constituição de um império alemão.

Como demonstra Costa (1992), Haushofer leva a extremos o determinismo territorial de Ratzel, acreditando que os povos não devem se contentar com territórios restritos. Ele defendia, por meio das publicações da *Revista de Geopolítica*, que a Alemanha deveria ter uma maior participação na política mundial da época e, principalmente, na repartição territorial. Apesar da inegável defesa da superioridade alemã e do uso do saber geopolítico para beneficiar o país, Haushofer tenta distinguir a Geopolítica como ciência (inicialmente neutra e disponível a todos que desejarem acessá-la) da Geopolítica como ferramenta a serviço do império alemão. Nas palavras do próprio autor, “um conhecimento real e científico da Geopolítica deve necessariamente escapar a toda consideração preconceituosa ou partidária e deve ser igualmente verdadeiro tanto para a extrema esquerda, quanto para a extrema direita” (HAUSHOFER, 1986, p.??).

A geopolítica pensada como uma ciência do Estado era vista por Haushofer, então, como um método globalizante, que visa a explicação dos fenômenos na superfície terrestre; uma démarche genética, que se projeta como lógica orgânica; um discurso dotado de uma função propagandista; um saber dotado de um instrumento iconográfico, a cartografia; além de ser um saber que se coloca a serviço do regime que estiver no poder (RAFFESTIN, LOPRENO e PASTEUR, 1995). Ele próprio afirma que a Geopolítica fornece um estoque permanente de sabedoria política, que permite que aquele que possui tal conhecimento desempenhe melhor a direção de um Estado do que aquele que não possui, independentemente do partido ou ideologia do governo (HAUSHOFER, 1986).

Considerando o uso que o general faz da geopolítica em favor do império alemão, Haushofer chama atenção para o fato de que a Alemanha deve se rearmar, deve encontrar um líder que seja capaz de insuflar o povo alemão, deve utilizar a epopeia heroica como método de suscitar o nacionalismo, utilizando também a propaganda como arma política. O próprio Haushofer se encarrega de contribuir para espalhar essa visão, acreditando que a Alemanha corria grande risco, estava ameaçada e, por isso, deveria recuperar o status político de potência, compatível com a superioridade do povo germânico. Essas ideias foram divulgadas por ele por meio da *Revista de Geopolítica*, que foi publicada entre 1924 e 1944. As edições da Revista, a partir de 1931, passam a refletir a ideologia do regime

nacional-socialista alemão, associando, sobretudo, a ideia de espaço vital à noção de superioridade do povo germânico (CARVALHO, 2003).

Dessa forma, Haushofer se torna o expoente da relação entre a Geopolítica e o nazismo, fenômeno que faz com que após a II Guerra Mundial esse saber passe por um período de profunda crise. Logo depois do fim da II Guerra e da derrota dos nazistas a Geopolítica sofreu um declínio, em razão de ter tido sua imagem maculada pela associação ao nazismo. Como explica Raffestin (1993, p.19):

Nos anos 30, uma série de autores, sob a direção de Karl Haushofer, elaboraram o pensamento geográfico do Estado nazista, utilizável por qualquer Estado totalitário. Desde então, a geopolítica aparece como uma espécie de geografia aplicada ao Estado. Como estranhar depois o desinteresse de certas escolas pela geografia política, tida nessas condições como de má fama? Golpeada assim, de forma tão vil, a geografia política permaneceu estacionária durante um longo tempo.

O eixo anglo-saxão, por sua vez, é composto por geógrafos que refletem menos sobre o Estado por si e mais sobre como o conhecimento geopolítico pode beneficiá-los, capacitando-os a expandirem seus domínios e seu poderio pelo mundo (OWENS, 2015). Nas concepções de Mahan, Mackinder e Spykman há uma preocupação por compreender os caminhos que podem levar os Estados à hegemonia, tornando o conhecimento geopolítico um instrumento para a expansão do poder estatal. As abordagens compreendidas nesse eixo são marcadas pelo entendimento da posição (situação) do Estado como elemento central, avaliando, cada uma a seu modo, as vantagens e desvantagens das posições marítimas ou terrestres (MARTINS, 1996).

Alfred Thayer Mahan, um almirante norte-americano, é um dos nomes expressivos desse grupo e enfatizava o poder marítimo como instrumento de fortalecimento estatal. A ideia central é que o poder marítimo deve ser enxergado como o elemento vital para o crescimento, segurança e prosperidade do Estado. O mar era considerado uma “planície aberta”, que se controlada por um Estado permitiria a ele explorar as riquezas do mundo. Mahan não valoriza o domínio dos mares apenas do ponto de vista bélico, mas enfatiza também a importância desse controle para as atividades econômicas e comerciais. Nas palavras dele (MAHAN *apud* BONFIM, 2005, p.56):

o poder marítimo não é sinônimo de poder naval, pois não compreende apenas o potencial militar que, navegando, domina o oceano ou parte dele pela força, mas também o comércio e a navegação pacífica que, de um modo vigoroso e natural, deram nascimento à esquadra e graças a ela repousam em segurança.

No livro *"The influence of sea power upon history"*, publicado em 1890, Mahan apresenta alguns fatores que podem limitar ou estimular a capacidade dos povos de exercerem as atividades marítimas e desenvolverem o poder marítimo. A primeira delas é exatamente a posição geográfica e se relaciona à existência de pressões nas fronteiras terrestres, em função dos vizinhos, por exemplo, ao acesso ao oceano, controle de canais, etc. O segundo fator trata da configuração física do território que, em razão de seu relevo e de suas características, pode favorecer ou prejudicar o acesso ao mar. Mahan afirma que o litoral de um Estado é uma de suas fronteiras e quanto mais facilitado for o acesso ao mar, maior será a tendência daquela nação a se projetar para além do seu próprio território.

A extensão do território é o terceiro fator, considerando que quanto mais extenso, mais chances de projetar seu poder um país terá, além de se levar em conta as posições estratégicas que a extensão pode conferir. Mahan enfatiza, sobretudo, a extensão da faixa litorânea e as características dos portos existentes. O quarto trata da quantidade populacional, que assim como a extensão territorial não deve ser considerada apenas de forma absoluta. O mais importante não é exatamente se uma população é numericamente grande, mas se ela está distribuída no território próximo ao litoral e se é uma população que está disponível para as atividades marítimas (MAHAN, 1987).

O quinto fator aborda o caráter nacional e considera basicamente a produção nacional e a tendência ao comércio. A ideia é que uma nação que possua propensão ao comércio e que seja dotada de características geográficas favoráveis se veja impulsionada a buscar riquezas por meio do comércio marítimo. Para Mahan, é importante que a população esteja adaptada às atividades marítimas e que tenha um comércio que justifique a expansão das capacidades marítimas do Estado. Por fim, ele apresenta como sexto fator as características do governo, que deve entender a importância do domínio dos mares e deve investir no desenvolvimento da capacidade marítima (MAHAN, 1987).

Como explica Bonfim (2005), esses fatores podem ser agrupados em três conjuntos principais. O primeiro inclui aspectos propriamente geográficos, como a posição, configuração e extensão do território. O segundo inclui aspectos psicossociais, como as características da população e o caráter nacional. O último conjunto abrange o sexto fator e trata especificamente de políticas do governo.

Mahan reflete particularmente sobre a posição vantajosa dos EUA, considerado por ele como uma "ilha geográfica", por ter um território extenso, ter acesso a dois oceanos e por não ter que se preocupar com os vizinhos, que não representam ameaça imediata. Dessa forma, considerando que a Inglaterra era a grande potência marítima do século XIX,

Mahan direciona seu pensamento para a necessidade dos governos estadunidenses investirem na capacidade marítima. Na visão dele, o Estado que tivesse o controle dos oceanos seria capaz de controlar o mundo inteiro, tanto politicamente, quanto economicamente. As ideias de Mahan são acatadas principalmente pelo presidente Theodore Roosevelt, responsável por fazer crescer a capacidade naval dos Estados Unidos (LIU, 2011).

Outro geógrafo importante que compõe o eixo anglo-saxão é Halford Mackinder. Ele foi um geógrafo inglês que se dedicou à geopolítica visando servir ao império britânico. Diferente de Mahan, Mackinder acreditava que o poder terrestre era central, enquanto o poder marítimo era periférico. Naturalmente, para que um Estado se tornasse uma potência mundial, ele deveria conciliar os dois poderes, mas isso só seria possível se o poder terrestre tivesse centralidade. Mackinder aponta para o risco que a Inglaterra corria por priorizar o poder marítimo, enquanto ele já percebia a ascensão dos EUA que, aparentemente, parecia ser capaz de equilibrar os dois poderes (MELLO, 1999)⁸.

Mackinder é responsável por desenvolver, também, uma das mais importantes teorias geopolíticas, a teoria do *Heartland*⁹. Esse conceito pode ser entendido como área-pivô, região-eixo ou coração continental. O *heartland* é uma ideia estratégica, que designa o núcleo da Ilha Mundial (entendida como um grande continente formado pela Europa, Ásia e África). Os limites desse núcleo não são definidos com muita precisão, mas a área corresponde ao que seria parte da porção oriental da Europa e da porção ocidental da Rússia. Essa região é considerada pelo geógrafo uma fortaleza geográfica, uma vez que é uma das áreas de planície mais extensas do globo, e uma das mais protegidas do mundo exterior, já que até alguns de seus rios desembocam em mares do interior da Eurásia. Para Mackinder, quem controlasse o *heartland* seria capaz de controlar o resto da Ilha Mundial (crescente interno¹⁰), gradativamente desenvolveria um poder marítimo eficiente e

⁸ Quando Mackinder elabora suas ideias, no início do século XX, o poder aéreo estava ainda em gestação. A despeito disso, Mackinder (1948) acredita que o poder aéreo depende essencialmente da eficiência de suas organizações em terra, de modo que ele fornece alternativas táticas, mas não modifica, grosso modo, as condições estratégicas.

⁹ Essa teoria foi formulada originalmente em 1904 e foi proferida por Mackinder numa conferência intitulada *The Geographical Pivot of History*, na Real Sociedade Geográfica de Londres. Posteriormente, num artigo publicado pela *Foreign Affairs* em 1943, o conceito de *heartland* foi apresentado e caracterizado por Mackinder de forma definitiva (VENIER, 2004).

¹⁰ O crescente interno é formado pelas regiões anfíbias eurásianas, que formam em torno do *heartland* um arco interior. Trata-se, para Mackinder, de um conjunto de zonas amortizadoras que funcionam como áreas de disputa, nas quais se enfrentam o poder terrestre e o poder marítimo (MELLO, 1999).

conquistaria o resto do mundo, ou seja, as porções de terra separadas pelo oceano (crescente externo¹¹).

Nas palavras de Mackinder (1948, p.181),

O *heartland* é a parte norte e interior da Eurásia. Estende-se desde as costas árticas até os desertos centrais, e para o oeste, até o istmo entre os mares Báltico e Negro. O conceito não admite uma definição precisa sobre o mapa pela razão de estar baseado em três aspectos separados da geografia física, que enquanto se reforçam mutuamente, não coincidem uns com os outros. Em primeiro lugar, temos nessa região a mais ampla extensão de planícies baixas da face da terra. Em segundo lugar, fluem através dessas planícies certos rios navegáveis de grande longitude; destes alguns correm para o oceano Ártico e são inacessíveis (...), enquanto outros correm para águas interiores, como o Cáspio, que carece de saída para o oceano. Em terceiro lugar, encontra-se ali uma zona de pradarias (...).

Considerado que a região do *heartland* era ocupada, durante o período das guerras mundiais por potências como Alemanha e União Soviética, Mackinder propõe a criação de um cordão sanitário, de um cordão de isolamento que impedisse o contato entre estas potências, composto por uma cadeia de estados-tampões, que iria do mar Báltico aos mares Negro e Adriático. O objetivo seria evitar o contato direto entre Alemanha e Rússia para impedir uma aliança entre as duas ou mesmo impedir que uma fosse conquistada pela outra, consolidando uma ocupação efetiva do *heartland* (MELLO, 1999). Posteriormente, Mackinder (1948) deixa claro que se a União Soviética emergisse da Segunda Guerra Mundial como conquistadora da Alemanha, ela se tornaria a primeira potência mundial e estaria estrategicamente localizada na região mais vantajosa do ponto de vista defensivo.

Mackinder presta uma grande contribuição para a sistematização teórica da geopolítica por diversas razões. Em primeiro lugar, ele propõe uma reflexão sobre a dualidade do poder (terrestre e marítimo). Em segundo lugar, ele traz uma interpretação sobre a política internacional baseada numa perspectiva geográfica. Por fim, Mackinder elabora uma teoria geopolítica que tem como alvo a hegemonia e que foi, de fato, muitas vezes considerada no processo de tomada de decisão dos atores internacionais.

Por último, fechando o eixo anglo-saxão em sua fase inicial, ou “clássica”, é válido mencionar a contribuição de Nicholas Spykman, que tenta integrar as visões de Mahan e de Mackinder e propõe, com a publicação do livro *Americans strategy in world politics*, em 1942, que a área de maior valor geopolítico no mundo seria o que ele denomina como *Rimland*. O *rimland* é entendido, principalmente, como o anel interior, o anel que contorna o *heartland* proposto por Mackinder.

¹¹ O crescente externo ou insular é onde se localizavam, na visão de Mackinder, as potências marítimas como a Inglaterra, Estados Unidos e o Japão, que estariam protegidas do poder terrestre dominante do *heartland* (MELLO, 1999).

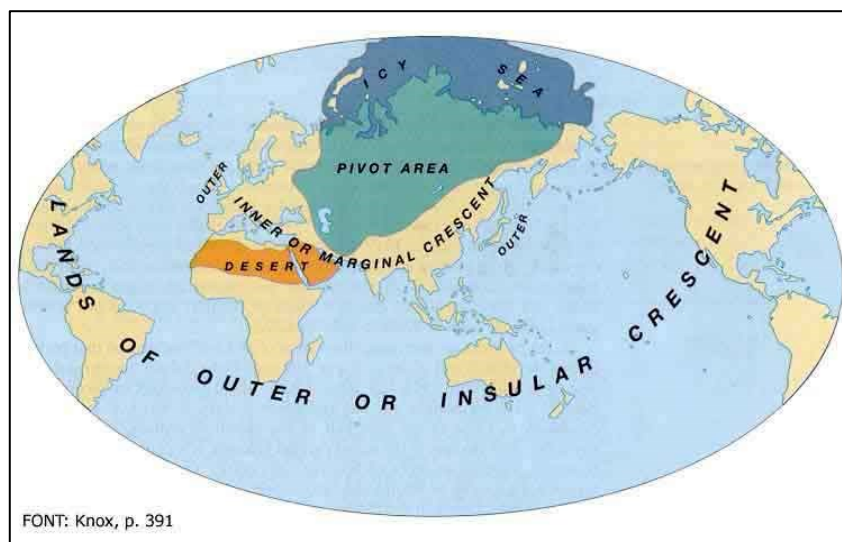


Figura 1 - Representação geopolítica de Mackinder.
Fonte: ALBERTO (2021).

Para Spykman o *rimland* seria a região mais importante do globo e seria aquela que deveria ser controlada para garantir a um Estado a condição de potência hegemônica na política internacional. De acordo com sua perspectiva, o *heartland* já não gozava de um papel decisivo na política mundial, uma vez que as regiões de “duplas frentes”, aquelas que estão em contato tanto com o centro dos continentes quanto com as bordas marítimas, é que desempenhariam um papel estratégico vital (COSTA, 1992). O *rimland*, teria a capacidade de “asfixiar” o *heartland*, gerando uma espécie de contenção. Segundo ele, “entre a grande massa de terras do continente eurásico e a rota circunferencial marítima, se estende a grande zona de contenção” (SPYKMAN *apud* COSTA, 1992, p.179). O mapa a seguir revela a concepção geopolítica de Spykman, evidenciando o *heartland*, o *rimland* e o novo mundo, as Américas, que segundo ele se encontra no meio dos dois extremos da Eurásia. Por essa razão, os países americanos, caso se aliassem, teriam condições de exercer grande influência na política europeia e asiática.

É interessante notar que a abordagem de Spykman, em grande medida, antecipa a lógica da contenção empregada durante os anos da Guerra Fria pelos Estados Unidos. Mesmo antes do final da II Guerra Mundial, Spykman já defendia que os EUA deveriam garantir um balanceamento global de poder, projetando seu poderio para a região do *rimland* e, dessa forma, prevenindo a expansão de grandes potências, principalmente a União Soviética (O’LOUGHLIN, 1998).

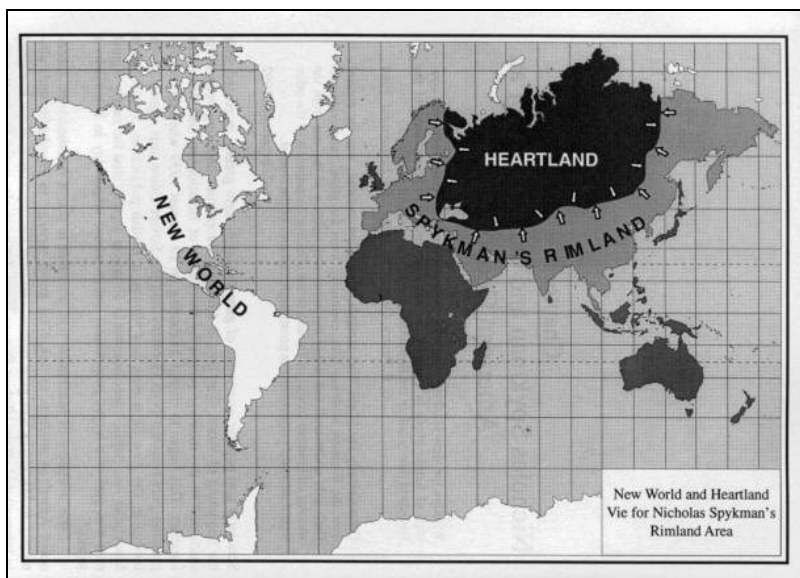


Figura 2 - A visão geopolítica de Spykman.

Fonte: <www.oldenburger.us/gary/docs/TheColdWar.htm>. Acesso em 19 out. 2022

Assim como a geopolítica de Mackinder tinha como centro o império britânico, a perspectiva de Spykman considera os Estados Unidos e a configuração do sistema internacional no início da década de 1940 como seu referencial. Por essa razão, ele reflete sobre a participação dos EUA na II Guerra e sobre a necessidade de uma inserção mais intensa do país na política internacional, argumentando que cabia aos Estados Unidos assumir a posição de grande potência no sistema. Nas palavras dele (SPYKMAN *apud* COSTA, 1992, p.173):

(...) cada Estado deve converter a conservação e engrandecimento de sua situação como potência em objetivo primordial de sua política exterior. Uma política exterior que convenha aos EUA deve aceitar essa realidade básica da sociedade internacional, e desenvolver uma grande estratégia, tanto para a paz como para a guerra, fundada nas determinações de sua situação geográfica no mundo.

Ainda na chamada Geopolítica clássica, diferentemente do que alguns autores argumentam¹², é possível mencionar uma reação francesa, cujas contribuições à Geopolítica se desenvolvem dentro do escopo da Escola Francesa de Geografia¹³. Em linhas gerais, os franceses são considerados como possibilistas, em contraposição ao pensamento determinista que, para alguns autores, caracteriza o eixo alemão. Como afirma Parker (1998), os franceses, no que diz respeito à Geopolítica das primeiras décadas do

¹² Ver, por exemplo, Owens (2015) e Fettweis (2015).

¹³ A escola francesa apresenta como tendência a discussão acerca da relação entre os indivíduos e o meio ambiente físico, sobretudo em contextos regionais, discordando da análise das partes isoladas e valorizando as relações homem/meio, utilizando, sobretudo, uma abordagem empírico/indutiva (AMORIM FILHO, 1984; BERDOULAY, 2017).

século XX, foram críticos ferrenhos do pensamento geopolítico alemão, em virtude de seu caráter nacionalista e determinista. Por essa razão, a expressão utilizada pelos franceses era Geografia Política que, como um ramo da Geografia Humana, era considerada a disciplina acadêmica verdadeira. Para a chamada reação francesa, a Geopolítica alemã “(...) renunciou a seu espírito científico e se colocou na vanguarda da propaganda nacionalista alemã e se tornou um instrumento de guerra” (GALLOIS *apud* FONT e RUFÍ, 2006). Dessa forma, como afirma Costa (1992) a visão francesa criou uma alternativa teórica em relação à abordagem desenvolvida no âmbito do eixo alemão e até mesmo em relação à perspectiva mais pragmática do eixo anglo-saxão.

Um dos geógrafos que merece ser mencionado nesse contexto é Élisée Reclus, uma vez que suas ideias fazem dele um pioneiro do pensamento que, posteriormente, caracteriza essa reação francesa. Ele foi um ativista político e desenvolveu um pensamento marcado por ideais anarquistas, acreditando numa geografia social que poderia ser modificada na medida em que as sociedades pudessem se desenvolver de maneira mais equilibrada. Na obra *O homem e a terra*, publicada em 1905, Reclus analisa temas como a origem e evolução da humanidade, as etnias, as religiões, a colonização, as formas de Estado e de governo e afirma que os estudos geográficos deveriam partir dos aspectos humanos e sociais para alcançar as questões naturais. Ele defende a aproximação entre a Geografia e a História, entendendo que a Geografia é a história do espaço, enquanto a História é a geografia do tempo.

O geógrafo francês defende três fatos sociais ou leis fundamentais da História. Em primeiro lugar, ele acredita que a sociedade está dividida em classes e que existe uma luta constante entre elas. Isso é o reflexo do desenvolvimento desigual entre os indivíduos. O segundo aspecto fundamental trata da possibilidade de uma revolução social, considerada como a busca do equilíbrio entre as classes. Por fim, ele defende a contribuição predominante do indivíduo nesse processo, valorizando o esforço individual na busca pela evolução social (ANDRADE, 1986). A geopolítica de Reclus, que pode ser denominada de geografia social, rompe com a perspectiva germânica de ênfase na influência do meio físico e no papel do Estado, atribuindo mais importância aos aspectos sociais e à capacidade dos indivíduos de contribuírem para o seu próprio desenvolvimento.

Outro nome de peso tanto na escola francesa, quanto na geopolítica, é Paul Vidal de la Blache, um dos maiores contestadores, mesmo que nem sempre explicitamente, das idéias de Ratzel, na medida em que afirmava que a natureza não determina o comportamento humano, mas oferece ao homem uma gama de possibilidades, dentre as

quais ele escolhe. De acordo com a sua perspectiva, que fica conhecida como possibilismo, embora ele mesmo não tenha empregado o termo, a diferenciação cultural é o aspecto mais importante para explicar os comportamentos políticos e sociais. Para la Blache, o espaço e suas características físicas não são os únicos fatores que explicam os fenômenos geográficos e políticos. O tempo e a história também são fundamentais, uma vez que os fatos não permanecem inalterados. Eles variam ao longo do tempo e conferem aos fenômenos um caráter de fluidez, devido à ação do homem. Como o próprio la Blache afirma (*apud* MARTINS, 1996, p.45):

Uma individualidade geográfica não resulta de simples considerações de clima e de geologia. É um depósito onde dormem energias, cuja utilização depende do homem que é quem, adaptando-se ao seu uso, ilumina essa individualidade. Desta maneira, o território ou o meio organiza-se e diferencia-se, e chega a ser medalha trabalhada na qual se esculpe a efígie de um povo.

Por outro lado, como Corniglion (2011) afirma, a despeito das críticas feitas por Vidal de la Blache ao pensamento ratzeliano, o geógrafo francês concorda com Ratzel acerca da ideia do Estado como um organismo vivo, embora ele recomende que não se deve abusar do conceito. Ribeiro (2010) conclui que tanto Ratzel quanto la Blache entendiam que território era sinônimo de poder. Além disso, considerando que a produção de la Blache coincide com um período de imperialismo e colonialismo europeu, ele não deixou de refletir sobre os aspectos geopolíticos que afetavam tanto à nação francesa na Europa, quanto ao império francês no mundo¹⁴.

Por fim, como expressão da geopolítica francesa, vale ressaltar o trabalho de Camille Vallaux¹⁵, particularmente por meio da publicação, em 1911, do livro *Géographie sociale: le sol et l'Etat*, no qual é apresentado um estudo completo e sistemático sobre a geografia política. Como o título do livro indica, esse estudo também parte da concepção ratzeliana, mas se desenvolve de forma a criticar a inspiração e o método de Ratzel. Para Vallaux, o meio natural era o elemento constante que se combinava de diversas formas com elementos variáveis (políticos, econômicos e outros) da vida das sociedades. A diferenciação dos espaços políticos e o desenvolvimento distinto dos Estados seria o resultado da distribuição desigual dos elementos constantes na superfície terrestre e de uma variação no tempo, que é decorrente da história particular de cada sociedade. Nas palavras de Vallaux (*apud* COSTA, 1992, p.48): “o tempo e não o espaço é que forma, do

¹⁴ De acordo com Ribeiro (2010), o pensamento geopolítico de la Blache está presente, sobretudo, na obra *La France de l'Est*, publicada em 1917.

¹⁵ Muitos outros autores podem ser inseridos na chamada reação francesa, como por exemplo, Albert Demangeon, Jacques Ancel, Jean Gottmann, Jean Brunhes, etc. (DEFAY, 2005).

ponto de vista da geografia, como da história, o quadro geral da evolução dos Estados. A noção do tempo e da distância, e não a do espaço, é que Ratzel deveria ter posto claro”.

Como fica evidente, a geografia política de Vallaux defende que, embora o meio intervenha na variação e na individualidade dos Estados e das sociedades, ele não deve ser visto como determinante da história política. Com rigor metodológico e esforço para inserir a geografia política no debate teórico das ciências sociais, Camille Vallaux recupera e supera criticamente os postulados de Ratzel, oferecendo uma importante alternativa teórica para os estudos geopolíticos (COSTA, 1992).

Nota-se, portanto, que para os franceses os Estados são o resultado de interações dinâmicas entre os seres humanos e os fenômenos físicos. Naturalmente, a geopolítica francesa também reflete sobre a questão do poder do Estado, sobre as sociedades e os agrupamentos humanos, sobre fronteiras e territórios, mas se afasta da visão determinista e nacionalista que marca os alemães e da visão demasiadamente preocupada com poder, potência e hegemonia mundial, que caracteriza o eixo anglo-saxão.

A Geopolítica Clássica, como foi possível perceber, inaugura uma busca pela compreensão dos fenômenos políticos em sua manifestação espacial, tendo sido fortemente influenciada pelo contexto no qual se desenvolveu. Como afirma Thuathail (*apud* DODDS, 2007, p.22) “todas as palavras possuem histórias e geografias e o termo Geopolítica não é exceção. (...) a Geopolítica possui uma história no século XX que esteve intimamente relacionada aos dramas beligerantes do século”.

3. A GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA

A associação do pensamento geopolítico ao nazismo e ao nacionalismo alemão, durante a II Guerra Mundial, foi responsável por fazer com que a Geopolítica experimentasse um período de crise nas décadas que se seguiram. A desvirtuação e adaptação dos postulados geopolíticos ao expansionismo alemão foram responsáveis por transformar a Geopolítica num tabu entre os acadêmicos do pós-guerra (CORNIGLION, 2011).

Entre as décadas de 1950 e 1970 o termo “geopolítica” era fortemente evitado e com exceção de alguns trabalhos desenvolvidos na França e nos Estados Unidos, esse foi um período de retrocesso e de marginalização da Geopolítica. O final da década de 1970, entretanto, se mostrou como um período de reabilitação da disciplina e, gradativamente, a tradição geopolítica foi sendo recuperada com outra ênfase, apresentando novas abordagens e discussões.

Sem dúvida, o geógrafo Yves Lacoste é um dos grandes responsáveis pelo renascimento da Geopolítica. Como afirmam Font e Rufí (2006), ele reivindica tanto o termo quanto os conteúdos da Geopolítica ao lançar a revista *Hérodote*, em 1979. A partir de 1983, na edição de número 28, a revista ganha o subtítulo de “Revista de Geografia e Geopolítica”. Nas palavras do próprio Lacoste (*apud* FONT; RUFÍ, 2006, p.89):

Em estreita relação com os historiadores, os geógrafos devem participar ativamente no estudo dos conflitos atuais e reivindicar seu lugar entre os que se ocupam dos problemas geopolíticos. Fazendo isto, contribuirão para que a opinião tenha outra ideia da geografia e a considere novamente como um saber fundamental.

A retomada da Geopolítica por Yves Lacoste coincide, também, com a reaparição midiática do termo, principalmente nos Estados Unidos. A conjuntura da década de 1970, marcada pela Guerra Fria e pela Guerra do Vietnã, estimula o reaparecimento da expressão, sobretudo, nos discursos de Henry Kissinger, secretário de Estado norte-americano. Sendo assim, aos poucos, a partir da década de 1980, as novas considerações e abordagens geopolíticas começam a ser desenvolvidas, dando lugar à chamada Geopolítica contemporânea (DODDS, 2007).

Quando se trata da Geopolítica contemporânea, não existe exatamente um consenso em torno de quais seriam as principais teorias ou abordagens que caracterizam esse recente momento da evolução do pensamento geopolítico. Costa (1992), por exemplo, apresenta como temas da Geopolítica contemporânea o Estado moderno e seu significado atual, a discussão sobre as fronteiras e o debate sobre as nações e o nacionalismo. Bonfim (2005) estabelece uma lista de teorias que cumprem também a missão de serem cenários prospectivos, elaborados a partir do fim da bipolaridade. Nessa lista, ele cita a Teoria dos Blocos¹⁶ elaborada em 1991 por Jacques Perruchan de Brochard; a Teoria dos Limes¹⁷, formulada em 1991 por Jean Christophe Rufin; a Teoria da Incerteza¹⁸, de Pierre Lellouche,

¹⁶ No livro *A miragem do futuro*, Brochard apresenta um panorama do que seria a geopolítica mundial pós-Guerra Fria. Para ele o mundo se dividiria em quatro blocos que englobariam Estados dos hemisférios norte e sul e que seriam liderados por um Estado, cuja moeda vigoraria em todo o bloco. O primeiro bloco seria a Federação das Américas, liderada pelos Estados Unidos e caracterizada pelo dólar como moeda comum. O segundo bloco seria a Confederação Euroafricana, marcada pela difusão do euro e liderada por França, Alemanha, Inglaterra e Itália. Em terceiro lugar, existiria a União das Repúblicas Soberanas, composta pelos países do Oriente Médio e da Ásia central. Seria liderada pela Rússia e teria o rublo como moeda dominante. Por fim, haveria também a Liga Asiática, constituída pelos países do extremo oriente. O líder seria o Japão e a moeda comum, o iene.

¹⁷ Jean Rufin, no livro *O império e os novos bárbaros* acredita que o conflito leste-oeste seria substituído por um conflito norte-sul. Segundo sua visão, a nova ordem mundial seria multipolar e se caracterizaria por um fechamento dos países do norte numa espécie de fortaleza, num império. A periferia da região norte formaria, então, uma linha de confinamento dos “novos bárbaros”, nesse caso, os países do sul.

¹⁸ Segundo essa teoria, o mundo pós-Guerra Fria não seria marcado por uma nova ordem mundial, mas sim por uma “desordem mundial”, que poderia durar até o ano 2025. Tal situação seria gerada por instabilidades

apresentada em 1992; a Teoria do Choque de Civilizações¹⁹, elaborada em 1993 por Samuel Huntington, dentre outras.

Vesentini (2003), por sua vez, aponta como temáticas das “novas geopolíticas” a geoeconomia e os blocos econômicos regionais, a Teoria do Sistema-mundo, as discussões sobre a globalização, a Teoria do Choque de Civilizações, a tese do fim da história, de Francis Fukuyama, a concepção de uma desordem mundial, de Ignácio Ramonet, dentre outras questões. Amorim Filho (2003) explica que nas duas últimas décadas do século XX a integração acadêmica da Geopolítica se torna tão intensa que algumas grandes teorias passam a ser assimiladas pela disciplina logo depois de começarem a ser utilizadas pelos geógrafos em geral. Dentre as teorias que influenciam a geopolítica contemporânea, para o autor, três merecem destaque: a teoria de sistemas, a teoria centro-periferia e o princípio do caos circunscrito²⁰.

Já para Rosière (2018), a exemplo do que ocorre na França, mas que retrata o quadro global, os estudos geopolíticos contemporâneos se fragmentam entre os adeptos da geopolítica clássica, anti-pós-moderna²¹; a escola francesa locostiana²²; e a escola crítica, que tem crescido nas últimas duas décadas e se tornado dominante no campo. Tendo em vista a grande variedade de abordagens teóricas e temas que fazem parte da Geopolítica contemporânea, esta seção se aterá a apenas duas dessas abordagens, a teoria de Sistemas (aplicada por Olivier Dollfus à Geopolítica na forma de Teoria do Sistema-mundo) e a Geopolítica crítica.

A concepção sistêmica é uma rica forma de análise que viabiliza uma compreensão totalizante dos fenômenos estudados, uma vez que valoriza os fluxos e interações que ocorrem entre as unidades do sistema. Essa visão é, sem dúvida, compartilhada por muitas

e possíveis revoluções nas antigas repúblicas soviéticas, pela explosão demográfica na África, por distúrbios raciais e étnicos nos Estados Unidos, pela ameaça nuclear de países islâmicos, dentre outros fatores.

¹⁹ A tese de Huntington defende que os conflitos na política internacional contemporânea não seriam mais motivados por disputas ideológicas ou econômicas e sim por divergências culturais. Ele divide o mundo em várias civilizações (ocidental, africana, islâmica, hindu, latino-americana, etc.) e defende que os conflitos ocorreriam entre as várias civilizações. Por essa razão, as regiões mais instáveis e conflituosas seriam aquelas caracterizadas pelo contato entre esses grupos distintos.

²⁰ Um cenário de caos é caracterizado pela ausência de um sistema ou pela transição entre um sistema e outro. É caracterizado pela desordem, pelas descontinuidades e por rupturas que separam dois sistemas diferentes (DOLLFUS, 1990).

²¹ Aymeric Chauprade e Pascal Gauchon são representantes dessa abordagem contemporânea, cujos fundamentos ideológicos são nacionalistas e reacionários (ROSIÈRE, 2018).

²² Segundo Rosière (2018), a escola lacostiana é atualmente simbolizada pelo Instituto Francês de Geopolítica e, embora ela tenha logrado o êxito de contribuir para que o termo “geopolítica” não seja mais rejeitado academicamente, ela não obteve a influência que poderia ter tido, por ser frequentemente apresentada como radical ou de esquerda.

áreas do conhecimento e aplicável em diversas escalas. O conceito de sistema não é recente e foi usado na Geografia, pela primeira vez, por Bernard Varenius, no século XVII.

Um sistema dinâmico é definido por Joseph Fontanet (1977, p.105) como “um conjunto de elementos em inter-relação tendendo para objetivos comuns e regulados por um circuito de informação”. Em outras palavras, é possível compreender os sistemas como um conjunto de elementos que se integram e se relacionam. A estrutura dos sistemas, segundo Chistofolletti (1979), é marcada pelos elementos e pelas interações entre os elementos. O elemento, dessa forma, deve ser interpretado como a unidade básica do sistema. A abordagem sistêmica, na Geografia, pode ser aplicada para analisar tanto sistemas que se inserem no campo da Geografia Física (climáticos, geomorfológicos, etc.) quanto sistemas que se aproximam da Geografia Humana, como um sistema urbano ou geopolítico.

De acordo com Amorim Filho (1991), os princípios sistêmicos (interação, hierarquia entre as unidades, contexto, ou metassistema, informação, *feedback*) são muito úteis ao enfoque espacial da Geopolítica e contribuíram bastante para análises comparativas, regionais e de planejamento. Nas décadas de 1970 e 1980 numerosos trabalhos foram desenvolvidos a partir da abordagem sistêmica, muitos deles discutindo a questão do desenvolvimento desigual e os processos de integração regional, nacional ou internacional.

Mais recentemente, Olivier Dollfus (1990) aplica a lógica sistêmica para pensar a Geopolítica e apresenta, dessa forma, o conceito de Sistema-Mundo²³. Para o geógrafo francês, o mundo, visto como um todo indivisível, é mais do que a simples soma de suas partes (Estados, sociedades, organizações políticas), é na realidade um conjunto no qual os elementos interagem e evoluem, existindo um fluxo constante entre esses elementos. Como Amorim Filho (1991, p.7) explica, “se pode falar hoje de um grande sistema-mundo: como todo sistema ele cria uma ordem, produz organização e gera a diferença. É uma estrutura de enquadramento maior da humanidade. Todas as populações do mundo estão envolvidas no seu funcionamento”.

O sistema-mundo, na concepção de Dollfus (1990) é extremamente complexo, podendo ser enxergado como um sistema ou como um metassistema. Isso ocorre porque os elementos do sistema-mundo, como os Estados ou organizações, podem, por sua vez,

²³ O conceito de Sistema-Mundo foi criado por Immanuel Wallerstein, um sociólogo estadunidense que publicou, em 1974, o livro *O Sistema Mundo Moderno*. Para o autor, o Sistema-Mundo não é um sistema do mundo e sim um sistema que é o mundo, mas que pode ser também localizado numa área menor que a do globo inteiro. O Sistema-Mundo pode se estruturar a partir de um Império-Mundo, quando há uma centralização política (império romano, por exemplo) ou a partir de uma Economia-Mundo, que ocorre quando não há centralização e cujo melhor exemplo é o Sistema-Mundo Moderno, caracterizado pelo capitalismo.

serem considerados como um sistema em si mesmos. Nesse caso, o sistema-mundo seria mais bem interpretado como um conjunto de conjuntos, como o ambiente no qual todos os demais sistemas geográficos existem.

Além disso, a complexidade do sistema-mundo reside também no fato de que os fluxos de relações que o compõem passam por dois campos de natureza distinta: o campo internacional e o campo transnacional. O campo internacional é caracterizado pela regulamentação estatal e dele fazem parte os fluxos formais, as relações oficiais entre os Estados e organizações internacionais. Já o campo transnacional é o espaço no qual ocorrem os fluxos que vão além das fronteiras estatais, que dificilmente podem ser controlados ou mesmo regulados pelos Estados. É nesse campo que se encontram os fluxos transnacionais e as relações transfronteiriças como o tráfico de produtos ilícitos, as migrações irregulares, o livre fluxo de capital, dentre outros.

Como fica evidente, analisar a geopolítica mundial por meio da lógica do sistema-mundo permite compreender a intensidade e a complexidade das relações entre os atores internacionais, tanto no campo internacional quanto transnacional, sendo possível também refletir sobre essas interações numa escala nacional ou mundial. O ponto principal é perceber o sistema-mundo como um sistema geográfico, formado, nas palavras de Dollfus (1997, p.??) por “paisagens (Estados, áreas de mercados, culturas...) que se imbricam e se recobrem desigualmente e redes que estruturam os espaços e os ligam entre si, polaridades e centralidades”.

A lógica que estrutura o sistema-mundo, na perspectiva de Dollfus (1990), pode variar de acordo com o modelo teórico utilizado. Os modelos mais recorrentes são o modelo centro-periferia, o modelo bipolar e o modelo do oligopólio. No primeiro caso, retrata-se um sistema no qual os países do centro atraem as riquezas dos países periféricos. A partir desse modelo questiona-se o desenvolvimento desigual no âmbito do sistema-mundo, permitindo explorar as formas de dependência que vinculam o centro e a periferia. O segundo modelo, o bipolar, se concentra na divisão do sistema-mundo em dois blocos fundamentados na oposição ideológica e militar entre duas potências hegemônicas, de modo que o equilíbrio de forças no ambiente internacional gira em função das capacidades das potências e das alianças realizadas no âmbito de cada bloco.

Por fim, o modelo do oligopólio geográfico, entendido por Dollfus como o fio condutor do sistema-mundo contemporâneo, assume que a política internacional é conduzida por um grupo limitado de potências, cujas escolhas e decisões determinam, pelo menos em parte, as ações umas das outras e dos demais Estados do sistema-mundo. Baseado no princípio

econômico de oligopólio, no qual um determinado mercado é controlado por um grupo limitado de empresas, o oligopólio geográfico seria formado por potências territoriais que conduziriam as políticas, os empreendimentos financeiros e econômicos, as estratégias militares, as formas de organização social e cultural no cenário internacional. Sem dúvidas, pensar a geopolítica e a ordem internacional contemporânea é um grande desafio e a abordagem sistêmica pode oferecer interessantes alternativas.

A chamada Geopolítica crítica também oferece alternativas de análise oportunas para a compreensão do mundo pós-Guerra Fria, marcado pela hegemonia dos Estados Unidos. Concebida na América do Norte por pesquisadores europeus, tais como Simon Dalby, Gearoid O'Tuathail e John Agnew, essa escola se baseia em paradigmas pós-modernos (ou pós-estruturalistas) e se apresenta como anti-imperialista. É possível considerar a Geopolítica crítica como um dos principais desenvolvimentos recentes da Geopolítica²⁴, já que ela se consagra em meados da década de 1990 e, desde então, vem sendo amplamente aceita, tornando-se até mesmo dominante (HAVERLUK; BEAUCHEMIN; MUELLER, 2014).

Como sugere Agnew (2013), a denominação Geopolítica crítica supõe uma ruptura com o sentido tradicional da geopolítica. Se o saber geopolítico clássico envolve uma relação de causa e efeito entre geografia e política, a Geopolítica crítica nasce como um desafio a essa forma determinista de conceber a relação entre espaço e poder. Na leitura de O'Tuathail (1996), a visão crítica percebe a geopolítica clássica como um conjunto de textos e discursos, formulados por intelectuais de governo, que buscam estabelecer suas próprias verdades, ao passo que a Geopolítica crítica pretende questionar e desconstruir esses discursos. Na introdução do compêndio "The Geopolitics Reader", o autor afirma que a Geopolítica crítica (O'TUATHAIL, 1998, p. 3):

(...) visa revelar a política escondida do conhecimento geopolítico. Em vez de definir a geopolítica como uma descrição sem problemas do mapa político mundial, ela trata a geopolítica como um discurso, como uma forma diferente, cultural e politicamente, de descrever, representar e escrever sobre geografia e política internacional."

Baseada no estudo de discursos e representações e na influência do pensamento de filósofos pós-estruturalistas, a perspectiva crítica é bastante heterogênea e plural, pois não há uma única maneira de fazer uma geopolítica crítica, mesmo que as leituras dela

²⁴ Em 1996, concomitantemente, foi publicada uma edição especial da revista *Political Geography*, inteiramente dedicada à Geopolítica crítica, e foi publicado o livro de O'Tuathail (1996), considerado referência central sobre essa abordagem.

derivadas tenham em comum o intuito de revelar os mecanismos políticos, econômicos e sociais de dominação (O'TUATHAIL, 1998; ROSIÈRE, 2018). Como afirma Agnew (2005), a imaginação geopolítica é ideológica e, portanto, é necessário reconceitualizar a Geopolítica como um discurso, abrindo caminho para uma nova forma de olhar para a política mundial. Aos poucos a Geopolítica crítica vem construindo sua agenda de pesquisa, relativizando discursos geopolíticos no âmbito acadêmico, na esfera burocrática das relações internacionais e, também, no universo dos meios de comunicação (CAIRO, 2005).

Na medida em que a Geopolítica crítica vai se tornando dominante, ela passa a ser alvo de críticas, não apenas por estar praticamente em posição de hegemonia, o que parece ser paradoxal para uma abordagem que se opõe ao poder estabelecido (BLOMLEY, 2006), mas por ser, nas palavras de Herverluk, Beauchemin e Mueller (2014), anti-geopolítica, anti-cartográfica e anti-ambiental.

Para os autores, o caráter anti-geopolítico da abordagem crítica está relacionado ao fato de que, muito embora essa perspectiva tenha se tornado uma abordagem acadêmica consolidada, ela se isola intencionalmente e exerce pouca influência política. Justamente por criticar a Geopolítica como uma espécie de ferramenta de poder nas mãos dos Estados, a Geopolítica crítica não contribui para alterar as estruturas hegemônicas contemporâneas, sustentando críticas que, por mais relevantes que sejam, são apenas críticas e não oferecem uma geopolítica alternativa (HAVERLUK; BEAUCHEMIN; MUELLER, 2014). Por outro lado, é possível pensar que o distanciamento em relação às esferas de poder não invalida a influência do pensamento crítico, do mesmo modo que a Geopolítica crítica não se reduz a ser apenas anti-geopolítica, mas a oferecer um conjunto de formas alternativas para se pensar as relações entre espaço e poder.

A marginalização dos mapas na Geopolítica crítica é um aspecto frequentemente mencionado como uma lacuna, já que, via de regra, os geógrafos críticos não empregam técnicas cartográficas e de sensoriamento remoto em suas análises (HAVERLUK; BEAUCHEMIN; MUELLER, 2014; BORIA, 2013). Por serem vistos como uma ferramenta de poder e como uma representação que impõe uma dada visão de mundo, os mapas parecem ser desconsiderados como uma ferramenta anti-hegemônica (ROSIÈRE, 2018).

Outra crítica que se aponta remete ao caráter anti-ambiental da Geopolítica crítica, na medida em que ela prescindiria de um probabilismo ambiental. Não se trata de dizer que essa abordagem deixaria de lado as questões ambientais, mas que diminuiria o papel do meio ambiente como fator causal na geopolítica (HAVERLUK; BEAUCHEMIN; MUELLER, 2014). Numa leitura que se aproxima a esta, Rosière (2018) aponta o risco de que o

pensamento crítico despreze o espaço em sua dimensão concreta, objetiva, atendo-se apenas às representações.

Como foi possível perceber, a Geopolítica contemporânea é bastante diversa e fragmentada e resulta de uma história longa, marcada por avanços e retrocessos. Para Amorim Filho (1991), para dar conta da complexidade do mundo contemporâneo, a Geopolítica deveria assumir um escopo “ampliado”, marcado pelo resgate das fontes mais relevantes do pensamento geopolítico; por uma revalorização de temas clássicos como o poder, os Estados, o desenvolvimento desigual e os conflitos; pelo resgate de discussões que foram marginalizadas durante décadas, como as minorias, as religiões e as etnias; pela inclusão de novas abordagens como a competição tecnológica, o meio ambiente e as redes; e pelo aperfeiçoamento dos métodos e técnicas de pesquisa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento geopolítico, como este artigo buscou evidenciar, é vasto, profundo, variado e muito frutífero. Apesar das inúmeras abordagens que o constituem, o objetivo desse conhecimento é sempre contribuir para a compreensão da manifestação geográfica dos processos políticos. A tarefa da Geopolítica, portanto, não é simples, mas é atraente e desafiadora.

Como afirma Rosière (2001, p.42):

levando em consideração o espaço, o tempo e as dimensões culturais, sociais e políticas, a Geopolítica se impõe como uma disciplina de síntese. Sua dimensão claramente pluridisciplinar é sua riqueza e seu ponto fraco: disciplina útil, senão única, por descrever situações regionais complexas, ela também se arrisca a se diluir se não é feita dentro de um quadro claramente pré-definido (o primado da dimensão espacial é o que a distingue das Relações Internacionais).

Como apontado anteriormente, a Geopolítica ocupa hoje um espaço relativamente pequeno dentro dos estudos geográficos (ROSIÈRE, 2018) e enfrenta desafios para preservar sua relevância e seu papel como lente para a compreensão dos processos políticos²⁵. Trata-se de um campo também explorado pelos analistas internacionais que, muitas vezes, dialogam mais com as abordagens geopolíticas do que os geógrafos, protagonizando, em muitos casos, as análises sobre o cenário geopolítico mundial.

²⁵ Apesar do espaço relativamente pequeno ocupado pela Geopolítica nos estudos geográficos, no Brasil, como afirmam Silva e Théry (2017), desde os anos 1990 vem crescendo o número de pesquisadores e de grupos de pesquisas que se dedicam a essa temática.

Sem a pretensão de tratar de forma profunda e categórica sobre o assunto, num esforço exploratório de reflexão, acredita-se que seja possível apontar alguns desafios enfrentados pelos estudos geopolíticos hoje, especialmente no Brasil²⁶.

Em primeiro lugar, é necessário recuperar a relevância das abordagens clássicas da Geopolítica, que muitas vezes são estigmatizadas e vistas com descaso em função do passado conturbado da disciplina. A despeito das leituras parciais, utilitaristas e até mesmo equivocadas feitas a partir do pensamento clássico, a Geopolítica do eixo germânico, do eixo anglo-saxão e da reação francesa tem mais a oferecer do que apenas contextualizar o desenvolvimento do campo.

Em segundo lugar, a Geopolítica carece de esforços contemporâneos, e em consonância com seus objetos de estudo atuais, na direção de apontar parâmetros metodológicos relevantes e úteis para compreender os fenômenos geopolíticos. Esse desafio se engrandece quando se considera as variadas escalas utilizadas nos estudos geopolíticos. É possível encontrar estudos geopolíticos que tratam da realidade de uma minoria étnica que vive numa restrita porção territorial de um Estado ou que lidam com as consequências do terrorismo para a segurança global, por exemplo. Isso significa dizer que as pesquisas geopolíticas podem ser realizadas em escalas micro, meso ou macro, assumindo a dimensão necessária para compreender o fenômeno estudado. Lacoste (*apud* MARTINS, 1996, p.25) esclarece esse aspecto quando afirma que “os problemas geopolíticos não se põem apenas ao nível das relações entre Estados, mas também no quadro de cada Estado”. Dessa forma, refletir, propor e avançar no desenvolvimento de parâmetros metodológicos de análise geopolítica – algo que é geralmente realizado de forma indutiva e casuística – pode contribuir para que esse campo avance. Sem dúvida, em termos metodológicos, uma análise geopolítica não se limita nem à configuração territorial de um Estado num mapa, nem a um discurso construído para legitimar relações de poder. A Geopolítica parece ter mais a oferecer do que apenas essas leituras dicotômicas.

A partir dessa lógica de escalas variáveis possíveis nos estudos geográficos, uma questão que se coloca também é a necessidade de que a Geopolítica no Brasil amplie seu olhar para a escala global, aparentemente deixada como coadjuvante, nas últimas décadas,

²⁶ Para um debate mais aprofundado sobre os desafios contemporâneos da Geopolítica, ver, dentro outros, Rosière (2018), Castro (2021) e Costa (2022).

em meio a análises geopolíticas de fenômenos pontuais ou da realidade brasileira apenas²⁷. A invasão da Rússia à Ucrânia, em fevereiro de 2022 parece ter reaquecido os debates geopolíticos sobre conflitos internacionais e sobre a ordem internacional, como uma rápida pesquisa nos principais periódicos da área pode demonstrar. Contudo, a política internacional certamente merece mais atenção, e de forma mais contínua, nos estudos geopolíticos, pois é vastíssima a contribuição que a Geopolítica pode trazer para o entendimento acerca das relações internacionais. Como aponta Castro (2021, p.3), questões globais como democracia e populismo, se colocam como temas importantes na atualidade, para aqueles que desejam se lançar nos estudos de uma Geopolítica “livre de assombros”.

Nesse sentido, encontra-se também o desafio de explorar com mais ênfase os conflitos armados contemporâneos, não apenas aqueles que interessam diretamente para a ordem internacional, mas também aqueles conflitos intraestatais que pouca atenção recebem. A Geopolítica tem grande potencial para explicar suas causas, a dinâmica das hostilidades e também para iluminar acerca das possibilidades de resolução. A chamada “virada espacial” (*spatial turn*) tem se colocado como uma via próspera para os estudos de paz e conflito no exterior (BJORKDAHL; BUCKLEY-ZISTEL, 2016), mas ainda é silenciosa nas análises geopolíticas e nos estudos para a paz no Brasil.

Em síntese, não se trata aqui de desconhecer ou desmerecer iniciativas que avancem nas direções apontadas, muito antes pelo contrário. Elas certamente são louváveis e evidenciam a relevância e a capacidade da Geopolítica de permanecer como uma lente de análise útil para compreender os fenômenos políticos em suas manifestações espaciais. Por isso precisam ser ampliadas, ocupar mais espaço e ganhar mais visibilidade. O importante é que, seguindo essa direção, a Geopolítica recupere sua pertinência e o espaço das análises políticas nos estudos geográficos.

REFERÊNCIAS

AGNEW, J. The origins of critical geopolitics. In: DODDS, K.; KUUS, M. **The Ashgate Research Companion to Critical Geopolitics**. London: Routledge, 2013.

²⁷ Naturalmente, refletir sobre a Geopolítica brasileira é fundamental e muitos esforços tem sido feitos nessa direção. Como apontam Silva e Théry (2017, p.?), “hoje, por exemplo, a geopolítica brasileira se “civilizou” (no sentido etimológico do termo), ao passar de um “conhecimento” eminentemente militar aos civis, como se vê, por exemplo, nos congressos Congeo (Congressos de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território), nas reuniões da ABED (Associação brasileira de estudos de defesa), em dossiês organizados no Brasil (ver por exemplo <http://revista.ufr.br/actageo/issue/view/126/showToc>) e revelou-se produtora de uma série de textos em múltiplos caminhos, tendências e escalas.”

- AGNEW, J. **Geopolítica**: una revisión de la política mundial. Madrid: Trama, 2005. 180p.
- AMORIM FILHO, O. B. A Geopolítica e a primeira guerra do século XXI. In: BRANT, L. N. C. **Terrorismo e Direito**: os impactos do terrorismo na comunidade internacional e no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- AMORIM FILHO, O. B. Geografía Política Ampliada: resumen de los aspectos fundamentales. **Paisajes Geográficos**, v. 11, n. 24, 1991.
- AMORIM FILHO, O. B. O Atlas no pensamento geográfico de Vidal de la Blache. **Revista Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, 1984.
- ANDRADE, M. C. Atualidade do pensamento de Élisée Reclus. In: ANDRADE, M. C. (Org). **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985. p. 7-37.
- BERDOULAY, V. **Escola Francesa de geografia**: uma abordagem contextual. São Paulo: Perspectiva, 2017. 280p.
- BORIA, E. Geographers and Maps: A Relationship in Crisis. **Varia**, v. 21, n. 3, 2013.
- BJORKDAHL, A.; BUCKLEY-ZISTEL, S. **Spatializing Peace and Conflict**: Mapping the Production of Places, Sites and Scales of Violence. Palgrave Macmillan, 2016.
- BLOMLEY, N. "Uncritical critical geography?". **Progress in Human Geography**, v. 30, n. 1, p. 87-94, 2006.
- BONFIM, U. C. **Geopolítica. Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército**. Escola de Comando e Estado-maior do Exército, 2005.
- CAIRO, H. Prólogo. In: AGNEW, J. **Geopolítica**: una revisión de la política mundial. Madrid: Trama, 2005. 180p.
- CASTRO, I. E. Geografia política: o que é afinal e para que serve. **Espaço & Geografia**, v. 24, n. 2, p. 1-26, 2021.
- CASTRO, J. **Geopolítica da Fome**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961. 348p.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Análise de Sistemas em Geografia**. São Paulo: HUI TEC, 1979. 106p.
- CORNIGLION, R. G. **A Geopolítica energética do Brasil e os novos eixos de poder na América do Sul**. 2011. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.
- COSTA, W. M. Impressões sobre os rumos atuais da geografia política e da geopolítica (dialogando com Iná Elias de Castro). **Espaço e Geografia**, v. 25, n.1, p. 1-17, 2022.
- COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica**: discursos sobre o território e o poder. São Paulo: Edusp. 1992. 352p.
- DEFAY, A. **La géopolitique**. Paris: P.U.F., 2005.

DODDS, K. **Geopolitics**: a very short introduction. Oxford, New York: Oxford University Press, 2007. 200p.

DOLLFUS, O. **Géographie Universelle**. Paris: Hachette, 1990.

FETWEISS, C. On Heartlands and Chessboards: Classical Geopolitics, Then and Now. **Orbis**, v. 59, n. 2, p. 233-248, 2015.

FONT, J. N.; RUFÍ, J. V. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume. 2006. 248p.

FONTANET, J. **Le social et le vivant**. Paris: Plon, 1977

FRANÇA, M. **Para melhor conhecer a Geopolítica Brasileira**. Curitiba: Appris, 2020. 137p.

GEORGE, P. **Dictionnaire de la Géographie**. Paris: PUF, 1974. 496p.

HAUSHOFER, K. **De la Geopolitique**. Paris: Fayard, 1986. 416p.

HAVERLUK, T.; BEAUCHEMIN, K.; MUELLER, B. The Three Critical Flaws of Critical Geopolitics: Towards a Neo-Classical Geopolitics. **Geopolitics**, v. 19, n. 1, 2014.

JONES, M.; JONES, R.; WOODS, M. **An introduction to political geography**: space, place and politics. London: Routledge, 2004. 260p.

LACOSTE, Y. **Dictionnaire de Géopolitique**. Paris: Flammarion, 1995. 576p.

LIU, E. **Alfred Thayer Mahan – Father of Sea power**. Disponível em <http://search.4shared.com/search.html?searchmode=2&searchName=Texto+6.1>+. Acesso em: 06 jan. 2023.

LOPREDO, D.; PASTEUR, Y.; TORRICELLI, G. La pensée ratzélienne et La question coloniali. **Cahiers de Géographie Du Québec**, v. 38, n. 104, p. 151-164, 1994.

MACKINDER, H. J. **El mundo redondo y la conquista de la paz**. In: WEIGERT, H.W.; STEFANSSON, V. **Política y poder en un mundo más chico**. Buenos Aires: Editorial Atlântida, 1948.

MAHAN, A. T. **The influence os sea power upon history: 1660-1783**. New York: Dover Publications, 1987. 640p.

MARTINS, R. F. Geopolítica e Geoestratégia: o que são e para que servem? **Nação e Defesa**, v. 21, n. 78, p. 1-57, 1996.

MELLO, L. I. A. **Quem tem medo da geopolítica?**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1999. 220p.

MONTBRIAL, T. **Géographie Politique**. Paris: P.U.F, 2006. 128p.

O'LOUGHLIN, J. **Dictionary of Geopolitics**. London: Greenwood's Press. 1998. 304p.

O'TUATHAIL, G. Introduction: thinking critically about Geopolitics. In: O'TUATHAIL, G.; DALBY, S.; ROUTLEDGE, P. **The Geopolitics Reader**. Londres: Routledge, 1998.

O'TUATHAIL, G. **Critical Geopolitics: The Politics of Writing Global Space**. Londres: Routledge, 1996. 314p.

OWENS, M. In Defense of Classical Geopolitics. **Orbis**, v. 59, n. 4, p. 59-76, 2015.

PARKER, G. **Geopolitics: past, present and future**. London: Pinter, 1998. 199p.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. 136p.

RAFFESTIN, C.; LOPREDO, D.; PASTEUR, Y. **Géopolitique et histoire**. Lausanne: Éditions Payot. 1995.

RATZEL, F. O solo, sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 2, p. 93-101, 1983.

RIBEIRO, G. Território, império e nação: geopolítica em Paul Vidal de la Blache. **Revista da Anpege**, v. 6, n. 6, p. 29-42, 2010.

ROSIÈRE, S. Tendências contemporâneas da geografia política e da geopolítica. In: RUCKERT, A.; SILVA, A.; SILVA, G. **Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas**. Porto Alegre: Editora Letra 1, 2018.

ROSIÈRE, S. Géographie politique, géopolitique et géostratégie: distinctions opératoires. **L'information Géographie**, v. 65, n. 1, p. 33-42, 2011.

SILVA, G.; THÉRY, H. Geografia Política e Geopolítica Brasileira no século XXI. **Confins**, v. 31, n. 1, 2017.

STEUCKERS, R. **Rudolf Kjellen (1864 – 1922)**. Disponível em: <http://printfu.org/kjellen>. Acesso em: 26 nov. 2022.

THUAL, F. **Methodes de la Geopolitique**. Íris: Ellipses, 1996

VENIER, P. The geographical pivot of history and the early twentieth century geopolitical culture. **The Geographical Journal**, v. 170, n. 4, p. 330-336, 2004.

VESENTINI, J. W. **Novas geopolíticas**. São Paulo: Contexto. 2003. 128p.

Recebido: 11.11.2022
Aceito: 04.02.2023